

A Realidade sobre o Saneamento no Brasil

No intuito de fazer um diagnóstico da cobertura do sistema de saneamento básico no Brasil, a CNM buscou analisar o atual quadro do saneamento e fazer o levantamento dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC com obras e serviços nesta área.

Diagnóstico de referência do saneamento

Segundo o “Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2006”, que divulga anualmente a base de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, em 2006, o índice médio de atendimento urbano dos sistemas de abastecimento de água foi de 93,1%, coleta de esgotos foi 48,3% e tratamento dos esgotos foi 32,2%. Como se vê deste último dado, cerca de 68% da população não têm os esgotos sanitários devidamente tratados.

O menor índice de população atendida pelos sistemas de abastecimento de água continua sendo a Região Norte, sendo o Pará o estado com menor cobertura (menos de 40% da população atendida). Os Estados com maiores índices de população atendida são São Paulo, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul (com mais de 90% da população atendida).

A região Norte está em situação mais crítica ainda quando se trata de coleta de esgotos. Rondônia, Pará, Tocantins e Amapá possuem índices de atendimento na pior faixa (< que 10%). O estado do Piauí também encontra-se nesta situação. Os maiores índices de atendimento estão em São Paulo e Distrito Federal, com mais de 70% da população atendida. Ou seja, as regiões com maior cobertura no que se refere ao tratamento de esgotos são a Sudeste e a Centro-Oeste e as com pior cobertura são a Norte e Nordeste.

No entanto, observa-se que nos últimos cinco anos esses números referentes a água e esgoto vêm crescendo.

No período 2002-2006, a quantidade ativa de ligações de água evoluiu de 28,9 milhões para 34,1 milhões. A rede de água, no mesmo período, aumentou de 362,8 mil quilômetros para 443,1 mil quilômetros. O volume de água produzido cresceu menos que as ligações de água, passando de 12,3 bilhões de metros cúbicos para 13,9 bilhões de metros cúbicos.

Em relação aos sistemas de esgotos sanitários o crescimento foi maior. A quantidade de ligações ativas de esgotos passou de 12,6 milhões em 2002, para 15,8 milhões em 2006, e a extensão das redes de esgotos subiu, no mesmo espaço de tempo, de 134,1 mil quilômetros para 171,2 mil quilômetros de redes.

Considerando os últimos cinco anos (período 2002 - 2006), os dados do SNIS mostraram um crescimento significativo dos valores. Analisando ano a ano, verificou-se a seguinte situação:

Quantidade de ligações ativas de esgotos (taxa média de crescimento anual de 6,3% para o período 2003-2006):

2002 – 12,6 milhões
2003 – 13,1 milhões (crescimento de 4,0%)
2004 – 13,9 milhões (crescimento de 6,1%)
2005 – 14,8 milhões (crescimento de 6,5%)
2006 – 15,8 milhões (crescimento de 6,8%)

Extensão da rede de esgotos (taxa média de crescimento anual de 6,9%):

2002 – 134,1 mil quilômetros
2003 – 140,6 mil quilômetros (crescimento de 4,8%)
2004 – 148,2 mil quilômetros (crescimento de 5,4%)
2005 – 158,4 mil quilômetros (crescimento de 6,9%)
2006 - 171,2 mil quilômetros (crescimento de 8,1%)

O estudo intitulado “Dimensionamento das Necessidades de Investimentos para a Universalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários no Brasil”, elaborado para o Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS) em 2003, estimou que a quantidade de recursos financeiros necessários para a universalização dos serviços de saneamento no período 2000-2020 alcançaria o montante de R\$ 111 bilhões, cerca de R\$ 6,5 bilhões por ano (2003/2020), sendo R\$ 84 bilhões de reais no primeiro decênio e R\$ 27 bilhões no segundo. No período 2003-2010, a média anual foi, portanto, estimada em R\$ 12 bilhões.

De acordo com o que vem sendo amplamente divulgado, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, destinou R\$ 40 bilhões para o setor saneamento nos próximos quatro anos. Assim sendo, os R\$ 10 bilhões por ano serão compostos por uma parcela de R\$ 3 bilhões do orçamento/PPI, R\$ 3 bilhões financiados pelo FGTS e FAT, R\$ 2 bilhões através de operações de mercado e os outros R\$ 2 bilhões como contrapartidas dos operadores. O governo federal planeja investir a maior parcela desses recursos nos sistemas de esgotos sanitários, principalmente tratamento, imaginando atingir o índice de cobertura em torno de 55%.

Considerando que no período 2000-2006 foram investidos menos de R\$ 20 bilhões em saneamento e que os recursos do PAC não serão aplicados integralmente em sistemas de abastecimento de água e esgotos, conclui-se que somente os recursos previstos pelo PAC serão insuficientes para o cumprimento das metas preconizadas no estudo citado anteriormente. Vejamos a seguir como estão sendo direcionadas as verbas do PAC no país.

Os gastos do PAC com Saneamento Básico

Segundo um levantamento realizado pela CNM, 2.367 municípios têm obras contratadas ou em contratação para a área de Saneamento Básico dentro do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal. O montante total de recursos destinados a estas obras e serviços é de **26 bilhões**, cerca de **R\$ 194,00 reais por habitante**, incluindo obras de todos os Ministérios e Secretarias nesta área de saneamento.

Ao desagregar informações sobre a destinação destes recursos vemos que os estados com o maior número de municípios contemplados com obras do PAC são Amapá e Roraima (com 100% dos seus municípios contemplados), seguidos por Rondônia (85%) e Acre (82%). No geral, percebe-se que os recursos estão sendo mais destinados a estados do Norte e Nordeste, as regiões com pior infraestrutura de saneamento. A única exceção é a Paraíba, que possui apenas 4% dos seus municípios contemplados pelos recursos do PAC.

As regiões Sudeste e Sul são as menos contempladas, sendo Santa Catarina o estado que menos recebe os financiamentos do PAC para saneamento, tendo 22% dos seus municípios cobertos.

Percentual de municípios beneficiados por UF			
UF	Total de Municípios	Municípios com obras	% beneficiados
AC	22	18	81,8
AL	102	69	67,6
AM	62	47	75,8
AP	16	16	100
BA	417	237	56,8
CE	184	126	68,5
DF			
ES	78	37	47,4
GO	246	113	45,9
MA	217	136	62,7
MG	853	306	35,9
MS	78	60	76,9
MT	141	52	36,9
PA	143	99	69,2
PB	223	10	4,5
PE	185	130	70,3
PI	223	142	63,7
PR	399	122	30,6
RJ	92	46	50,0
RN	167	71	42,5
RO	52	44	84,6
RR	15	15	100
RS	496	146	29,4
SC	293	63	21,5
SE	75	40	53,3
SP	645	169	26,2
TO	139	52	37,4
BR	5.563	2.367	42,5

Se distribuirmos os 2.367 municípios beneficiados pelo PAC por porte populacional, vemos que 45% deles têm entre 5.000 e 20.000 habitantes, e 30% entre 20.001 a 100.000 habitantes. Ou seja, os municípios de menor porte vêm recebendo maiores investimentos.

Quantidade de municípios beneficiados por porte		
Portes Municipais	Qtd	%
ate 5.000 Hab	371	15,7
5.001 a 20.000 Hab	1.070	45,2
20.001 a 100.000 Hab	707	29,9
100.001 a 500.000 Hab	184	7,8
Mais de 500.001 Hab	35	1,5
Total	2.367	100

Se separarmos os municípios pelo partido do prefeito, temos que os partidos que mais conseguiram firmar obras com o PAC na área de saneamento básico são o PSDC, com 88% dos municípios que governam recebendo verbas do PAC, e o PT do B, com 70%. A partir desta análise vê-se que não há privilégios para os maiores partidos ou para partidos da base aliada do governo federal. Em entrevistas realizadas pela CNM com prefeitos sobre o PAC, alguns prefeitos mencionaram uma possível existência de um bloqueio no repasse de recursos pelo fato de serem de partidos da oposição. No entanto, como se vê na tabela abaixo, tal seleção não vem ocorrendo.

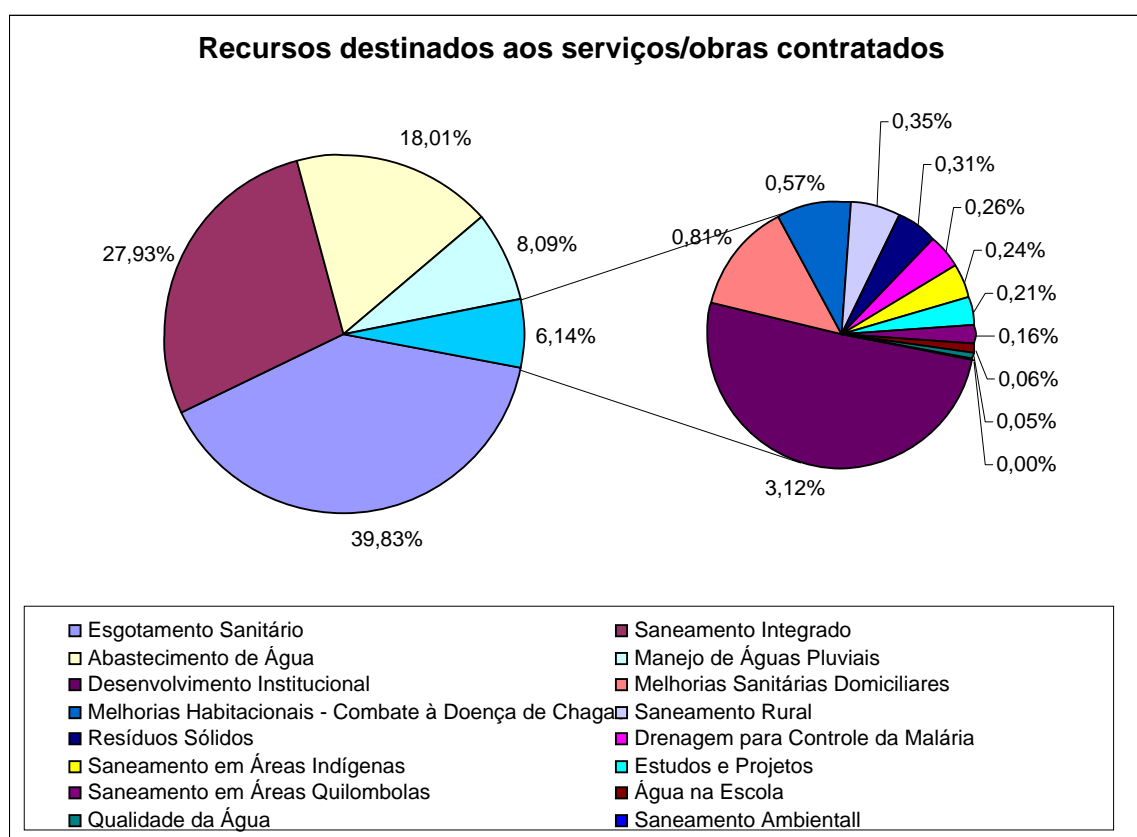
Percentual de municípios beneficiados por partido			
Partido Político	Total municípios administrados	Total municípios com obras	% de beneficiados
PSDC	8	7	88%
PT do B	20	14	70%
PRP	32	21	66%
PC do B	19	12	63%
PMN	37	22	59%
PTC	12	7	58%
Não informado	50	27	54%
PSB	214	111	52%
PSC	34	17	50%
PT	391	192	49%
PV	56	27	48%
PTB	378	170	45%
PHS	18	8	44%
PPS	202	89	44%
PRB	7	3	43%
PRTB	7	3	43%
DEM	670	286	43%
PDT	310	131	42%
PMDB	1.211	489	40%
PR	444	178	40%
PSDB	890	350	39%
PSL	18	7	39%
PP	530	195	37%
PTN	3	1	33%
PCB	1	0	0%
Total	5.562	2.367	100%

Os serviços/obras de saneamento que serão objeto principal de contratação através do PAC são o de Abastecimento de Água (36%) e de Esgotamento Sanitário (20%). Cabe ressaltar que as melhorias habitacionais com vistas ao combate à doença de chagas também vem recebendo atenção, sendo o terceiro tipo de obra mais contratada.

Quantidade de obras/serviços por tipo		
Tipo de Obra/serviço	Qtd de Serviços/Obras	%
Abastecimento de Água	1.567	36%
Água na Escola	70	2%
Desenvolvimento Institucional	19	0%
Drenagem para Controle da Malária	30	1%
Esgotamento Sanitário	856	20%
Estudos e Projetos	190	4%
Manejo de Águas Pluviais	82	2%
Melhorias Habitacionais - Combate à Doença de Chagas	534	12%
Melhorias Sanitárias Domiciliares	470	11%
Qualidade da Água	3	0%
Resíduos Sólidos	70	2%
Saneamento Ambiental	1	0%
Saneamento em Áreas Indígenas	173	4%
Saneamento em Áreas Quilombolas	39	1%
Saneamento Integrado	104	2%
Saneamento Rural	178	4%
Total	4.386	100%

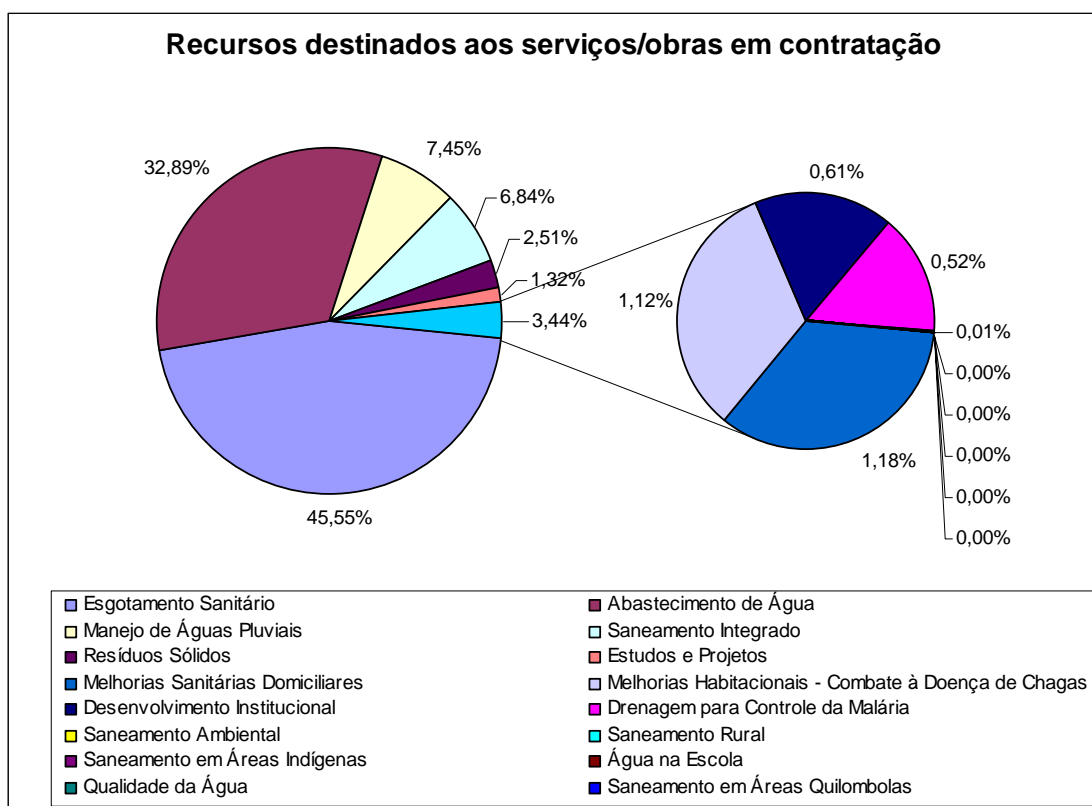
Ao analisarmos os recursos destinados a esses Serviços/Obras contratados temos que as maiores quantias são direcionadas para obras de Esgotamento Sanitário (38,8% do total gasto em saneamento), Saneamento integrado (27,9% do total) e Abastecimento de Água (18% do total), totalizando por volta de 11,5 bilhões de reais. Algumas outras obras e serviços têm um investimento bem reduzido, como pode ser visto na tabela e no gráfico a seguir.

Valor já contratado das obras/serviços por tipo		
obra/serviço	Valor	%
Abastecimento de Água	2.419.208	18,0
Água na Escola	7.523	0,1
Desenvolvimento Institucional	419.500	3,1
Drenagem para Controle da Malária	34.470	0,3
Esgotamento Sanitário	5.348.619	39,8
Estudos e Projetos	27.735	0,2
Manejo de Águas Pluviais	1.086.815	8,1
Melhorias Habitacionais - Combate à Doença de Chagas	76.259	0,6
Melhorias Sanitárias Domiciliares	109.119	0,8
Qualidade da Água	6.182	0,0
Resíduos Sólidos	42.120	0,3
Saneamento Ambiental	-	-
Saneamento em Áreas Indígenas	32.838	0,2
Saneamento em Áreas Quilombolas	21.262	0,2
Saneamento Integrado	3.751.331	27,9
Saneamento Rural	47.242	0,4
Total geral	13.430.222	100



Quanto aos processos em contratação, os maiores recursos são para Esgotamento Sanitário (46%), seguido por Abastecimento de Água (33%). Esses dois tipos de obras aparecem como as mais importantes, somando 10,1 bilhões de reais, quase o total dos investimentos.

Valor em contratação das obras/serviços por tipo		
Tipo de Serviço ou Obra	Valor R\$	%
Abastecimento de Água	4.313.054	33,0
Água na Escola	-	-
Desenvolvimento Institucional	79.621	1,0
Drenagem para Controle da Malária	68.000	1,0
Esgotamento Sanitário	5.972.052	46,0
Estudos e Projetos	172.693	1,0
Manejo de Águas Pluviais	977.006	7,0
Melhorias Habitacionais - Combate à Doença de Chagas	147.020	1,0
Melhorias Sanitárias Domiciliares	154.400	1,0
Qualidade da Água	-	-
Resíduos Sólidos	328.963	3,0
Saneamento Ambiental	1.297	-
Saneamento em Áreas Indígenas	194	-
Saneamento em Áreas Quilombolas	-	-
Saneamento Integrado	897.418	7,0
Saneamento Rural	326	-
Total geral	13.112.043	100



PAC – Os recursos do Ministério das Cidades

Nesta parte do estudo buscamos apresentar os recursos que o Ministério das Cidades direciona para as obras do PAC e como estes recursos foram utilizados até agora. O total de recursos do orçamento do Ministério das Cidades para as obras de Urbanismo, Habitação e Saneamento soma 13,7 bilhões de reais. Deste montante, foram transferidos para os Municípios, até setembro de 2008, o valor de 2,6 bilhões ou 19% do total previsto.

Recursos por área das obras do PAC do Ministério das Cidades				
Área	Total das Obras	Empenhado	Liberado	Desbloqueado
habitação	1.831.117.501	582.949.319	145.126.421	32.836.007
saneamento	6.745.159.634	2.279.164.857	1.252.945.538	223.326.831
urbanismo	5.367.407.662	1.956.428.345	1.231.477.138	257.223.486
Totais	13.943.684.797	4.818.542.521	2.629.549.097	513.386.324

A distribuição por Estado destes recursos mostra que, tanto em relação aos recursos empenhados quanto aos já liberados, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais foram as unidades da Federação que mais receberam recursos, pois possuem o maior número de municípios. Os municípios do estado de São Paulo ficarão com o montante de 2,5 bilhões, seguidos do Rio de Janeiro com 2,0 bilhões e da Bahia com 1,2 bilhões. Estas obras estão divididas em 1.849 municípios ou 33,73% dos 5.563 municípios.

Recursos das Obras do PAC do Ministério das Cidades por UF				
	Soma de Empenhado	Soma de Repasse	Soma de Liberado	Soma de Desbloqueado
AC	56.946.549	182.708.767	45.511.112	12.491.100
AL	95.133.448	315.198.232	51.137.616	3.422.327
AM	67.186.700	211.247.893	26.578.639	4.343.418
AP	48.378.727	147.118.360	33.117.660	1.476.921
BA	323.293.277	1.221.187.313	130.546.371	10.814.157
CE	236.343.613	683.012.616	88.408.505	19.505.750
DF	50.491.695	108.260.892	30.720.617	10.205.677
ES	61.164.986	210.749.554	30.307.461	4.143.722
GO	171.139.548	552.734.842	110.061.206	19.046.890
MA	206.853.473	537.729.717	124.541.365	25.637.266
MG	292.352.856	820.839.924	157.745.554	25.648.777
MS	125.252.807	273.538.483	74.150.484	18.913.103
MT	94.445.576	315.335.770	51.181.874	2.263.843
PA	172.662.810	520.617.375	106.406.321	12.183.061
PB	106.610.729	331.176.153	45.357.343	2.400.627
PE	270.058.133	825.393.808	137.720.741	24.625.831
PI	133.388.686	247.702.415	51.102.904	1.821.115
PR	126.553.775	361.385.157	77.161.160	18.386.574
RJ	703.386.293	2.039.290.573	419.113.710	97.628.258
RN	78.053.894	258.256.552	50.567.485	20.699.071
RO	82.470.943	257.709.803	47.783.191	13.544.072
RR	35.445.692	80.920.541	17.816.499	5.456.915
RS	143.587.016	403.298.021	87.532.647	36.656.471
SC	68.513.646	181.607.802	39.901.899	2.564.319
SE	91.909.449	240.608.463	59.140.163	6.966.556
SP	961.046.599	2.556.843.666	525.671.199	110.922.032
TO	15.871.602	59.212.106	10.265.373	1.618.471
Brasil	4.818.542.521	13.943.684.797	2.629.549.097	513.386.324

Olhando por outro ângulo, vemos que os estados que possuem o maior percentual de municípios beneficiados são o Ceará, com 78,8% dos seus municípios contemplados, seguido do Rio de Janeiro (com 72,8%) e Acre (com 72,7%). Os estados que tem a menor proporção de municípios beneficiados são Minas Gerais (17,7%), Piauí (19,2%), Alagoas (19,6%), Rio Grande do Norte (21,6%) e Tocantins

(21,6%).

Em entrevistas realizadas pela CNM com prefeitos de várias regiões do país, constatou-se que os municípios enfrentam grande dificuldade na elaboração de projetos de serviços e obras locais, para serem enviados à Caixa Econômica Federal (intermediária entre o Ministério e os Municípios). Além de relatarem o alto nível de exigências feitas pela Caixa para o recebimento integral dos projetos e liberação dos recursos, os prefeitos também mencionaram a falta de qualificação dos funcionários das prefeituras para elaborarem os projetos, que exige um nível detalhado de informações, pareceres técnicos e documentos. Esta situação pode dificultar o recebimento de recursos pelos municípios pequenos, que enfrentam mais percalços no momento da elaboração dos projetos e tardam a lograrem a liberação de recursos. Tal contexto pode justificar o fato de estados como Piauí, Alagoas, Rio Grande do Norte e Tocantins terem menores parcelas de recursos liberados.

Percentual de municípios beneficiados por UF				
UF	Total de municípios	Municípios com obras	% beneficiados	
AC	22	16	72,7	
AL	102	20	19,6	
AM	62	32	51,6	
AP	16	5	31,3	
BA	417	158	37,9	
CE	184	145	78,8	
DF			-	
ES	78	25	32,1	
GO	246	86	35,0	
MA	217	74	34,1	
MG	853	151	17,7	
MS	78	46	59,0	
MT	141	35	24,8	
PA	143	64	44,8	
PB	223	126	56,5	
PE	184	105	57,1	
PI	224	43	19,2	
PR	399	121	30,3	
RJ	92	67	72,8	
RN	167	36	21,6	
RO	52	23	44,2	
RR	15	8	53,3	
RS	496	123	24,8	
SC	293	98	33,4	
SE	75	27	36,0	
SP	645	217	33,6	
TO	139	30	21,6	
Total geral	5.563	1.882	33,8	

Brasília, julho de 2008.

Confederação Nacional de Municípios – CNM

Área de Estudos Técnicos

Equipe

Eduardo Stranz

Giane Boselli

André Amorim Alencar